



Indicação nº 316/2025

Nos termos do Regimento Interno, conjugado com a Lei Orgânica do Município de Diamantino e ouvido Soberano Plenário, indico ao Poder Executivo e ao Senhor Secretário Municipal de Esporte e Lazer, realizar estudos sobre a concessão de descontos no Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) às empresas ou prestadores de serviços que apoiarem financeiramente os projetos esportivos do nosso Município.

#### JUSTIFICATIVA

Como agente político e fiscalizador, nos princípios legais do devido processo aos interesses dos munícipes, justifico que a presente indicação se faz necessária visto que a pratica de esportes contribui significativamente para a qualidade de vida das pessoas. Contudo, a maioria da população não pratica nenhum tipo de atividade física com regularidade, sendo que, por esse motivo, mostra –se a importância de programas de incentivo ao esporte, como prioridade na execução de políticas públicas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) sempre considerou o esporte uma importante ferramenta para promover o desenvolvimento social. Neste caso, a ONU vem trabalhando com os governos, o setor privado e organizações da sociedade civil para estimular políticas que promovam o direito ao esporte, inclusive, a organização defende que os investimentos em esporte podem gerar economias significativas em gastos na área da saúde.

Sendo assim, compete salientar o dever dos governos em incorporarem as atividades esportivas em suas políticas de desenvolvimento visando garantir o direito de acesso aos esportes a todos os cidadãos, neste sentido, poderia se estabelecer descontos no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) às



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

empresas ou prestadores de serviços que apoiarem financeiramente os projetos esportivos do município.

Cumpre destacar, contudo, a necessidade de que seja realizado estudo técnico e financeiro prévio, por partes dos setores competentes, a fim de avaliar o impacto da medida proposta sobre a arrecadação municipal. Tal cautela visa assegurar que eventual concessão de desconto no ISSQN às empresas que fomentarem a prática esportiva não configure renúncia de receita, em conformidade com o disposto no art.14 da Lei Complementar nº 101\2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), devendo ser observada a devida compensação financeira ou estimativa de impacto orçamentário que garanta a sustentabilidade fiscal do Município.

Certo da compreensão de Vossa Excelência e dada a relevância da indicação, aguardo atendimento.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 03 de Novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** **ERALDES CATARINO DE CAMPOS**  
Data: 03/11/2025 17:15:24 -0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Eraldes Catarino de Campos**  
**Vereador- PSD**